

Aliás, não só com números, o problema de vocês é recorrente. A mágica que vocês fazem para subir os números de alguns contratos ninguém consegue explicar. Perguntamos hoje ao procurador-geral. “Mas não tem problema os contratos”. Falei: “Doutor, não é possível que nem irregularidades e alguns aditivos, que sobem percentual de 25%, vocês vão fazer, com suspeita no patrimônio do cunhado”. Enio, V. Exa. falou do cunhado, mas tem suspeita na evolução patrimonial dele e no negócio que ele fez com uma empresa da Alstom, que nós também estamos apurando. Nós queremos saber por que o secretário do Planejamento, o tesoureiro da campanha do governador Alckmin, que teve também evolução no patrimônio e ano passado abriu mão desse patrimônio, criando uma empresa “fake” e depois passou para os filhos, que tem mais de dez imóveis e diz que tem dois milhões de patrimônio, sendo que um só dos imóveis, um apartamento, vale um milhão e 700. Que mágica é essa dos números? Essa é a educação deles, mas nós queremos fazer esse debate. E se V. Exas. querem fazer com transparência, assinem a CPI. Vamos fazer a CPI da tucanagem já. É necessária, Srs. Deputados. O deputado Barros não disse aqui que os deputados têm que fazer o debate, têm que cumprir com sua obrigação? Assinem a CPI para que investiguemos, para que passemos a limpo ou para que demonstremos. Vossas Excelências têm a maioria. Vossas Excelências podem passar um atestado de idoneidade do governador na CPI. Mas tomem cuidado, também pode ser revelada muita coisa, mesmo pela Minoria, como foi na CPI da Merenda. Não há problema nenhum para nós. Assinem, V. Exas. têm maioria. Instalem. Qual o temor, se é tudo lindo e maravilhoso? Se é tudo transparente? Se é tudo perfeito, com a chancela dos tribunais? Com a chancela de todos? Qual o problema? Não dá para entender a contradição nesse discurso. Mas acho que essas posições serão reveladas ao longo do tempo. Esperamos que possamos fazer hoje novamente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, sobre a questão das Contas, o deputado Vinholi, no afã de defender o governador Geraldo Alckmin...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, por favor. Isso é um pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, o deputado Barros Munhoz tem razão.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Não tem, não tem, não tem, não tem, não tem.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Qual é a questão de ordem, deputado José Américo?

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Não é questão de ordem. Falei um comunicado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Qual é o comunicado?

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Meu comunicado é o seguinte: sobre a questão das desonerações. Eu levantei um problema sobre as desonerações que eu gostaria de explicar o meu voto, e por isso que eu propus a suspensão na Comissão de...

Eu não tenho o direito a comunicado?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência está comunicando.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Não, não, mas V. Exa. não pode fazer isso. O deputado Barros vem aqui e dá ordem. Deu a ordem e V. Exa. parou.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Que parei, deputado José Américo?

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Deu ordem.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O tempo está correndo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Vossa Excelência não pode fazer isso. Vossa Excelência me atrapalhou, porque ele veio, deu a dura e ponto. Que negócio é esse?

Deputado Barros, estou falando o seguinte: não quero ouvir esse pedido agora. Vossa Excelência fala depois.

Vou dizer o seguinte: desoneração, não importa a quantidade. São 13 bilhões que houve de desoneração no Estado. Se formos pegar em termos relativos, pode não ser tão grande, em termos absolutos pode também não ser tão grande em relação ao que se faz de desoneração no Brasil. A obscuridade, o fato de não revelar os CGCs e os CPFs das pessoas que receberam, torna tudo emboado. Um milhão de reais, é pouco, mas se for uma coisa indevida é crime. Vossa Excelência sabia? É crime. Duzentos bilhões, pode ser correto, pode ser legal. Então, é obscuro. Quero dizer aqui que eles querem esconder que uma parte significativa dessas desonerações são para uma empresa chamada JBS, ou para frigoríficos. Pode para o seu governador contar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Vossa Excelência precisa controlar as pessoas que estão interrompendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, todos os deputados têm direito de colocar.

Em votação.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, indico o deputado Barba para encaminhar a votação pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PT, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba.

Antes, porém, convocação: Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d” do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, para amanhã, 21 de dezembro, às 10 horas, 11 horas, meio-dia e 14 horas, com a finalidade de apreciar a seguinte matéria em regime de urgência: Projeto de lei nº 902, de 2017, no Plenário D. Pedro.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, neste debate das desonerações existe uma diferença tão grande, tão monstruosa, entre aquilo que fizeram o presidente Lula e a presidenta Dilma e aquilo que faz o PSDB.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não consegue achar para onde foram as desonerações do PSDB tratadas nessa conta, do tamanho de 13 bilhões, 745 milhões de reais no ano de 2016.

Por que a diferença é extremamente grande? O nosso governo, quando discutia desoneração, discutia com setores e com os agentes, os atores envolvidos. Então, para discutir desoneração, chamavam-se lá o Sinfavea e a Anfavea, mas chamava-se também o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Era uma negociação tripartite.

Um Gol 1.000 pagava 7% de IPI. Havia 6% de redução no IPI e os 6% eram repassados no preço do produto. Era descontado. Foi assim na construção civil. O deputado Ramalho da Construção se lembra disso. Quando se desoneraram os produtos da construção civil, baixaram os preços para o consumidor.

A diferença para a desoneração do Geraldo Alckmin é que V. Exas. fazem a desoneração e não negociam com setor nenhum. Aquilo vira lucro para o empresário. Não é um benefício que é repassado para a população. É preciso entender isso. Quando se quiser fazer desoneração, pode-se fazer. Chame-se o setor que está em crise naquele momento e faça-se a negociação com ele.

Ali, desonera-se e exige-se contrapartida do setor. São duas contrapartidas. A primeira é: desonerou em dez? Tem que repassar dez para o consumidor. Qual é a outra contrapartida? Tem que garantir a manutenção do nível de emprego. Não significa que não pode demitir um trabalhador. Pode demitir um trabalhador de baixa performance, mas tem que pôr outro no lugar. Faz-se desoneração dessa maneira.

Sabem para que servem as desonerações do PSDB? São para garantir uma possível futura eleição ou financiamento de campanha. É o mais próximo disso, porque V. Exas. não explicam para quem estão desonerando. Não chamam o setor e não avisam para a sociedade. O Governo do Estado de São Paulo tirou 8% do arroz e do feijão e os preços não baixaram. Nós fizemos esse debate em 2015. Os deputados se lembram disso.

Eu negociei desoneração em 1992. Há um acordo chamado “acordo setorial”, do setor automotivo. Fazer a desoneração envolvia a convocação do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária, senão não se poderia fazer desoneração nenhuma. Era um acordo em que as empresas receberam uma desoneração e foram obrigadas a dar, na época, um bônus de 3 mil reais na compra de um produto, se fosse um carro. Ou, se fosse outro produto, da linha branca, havia outro bônus que eram obrigados a dar, de desconto. A contrapartida era a manutenção do emprego.

O acordo era por 30 meses. Só foi interrompido porque veio a criação da URV e havia uma cláusula de ressalva que dizia isto: se viesse uma nova condição econômica, o acordo tinha que ser interrompido. Aí, seriam discutidas novas regras.

É assim que se discute. Não é dando para o empresário, que é a prática do PSDB. Não há problema. Podem assumir isso. Vossas Excelências não precisam ter vergonha de fazer isso, mas assumam. Assumam que gostam de beneficiar os ricos.

Olhem o que Vossas Excelências aprovaram aqui, na semana passada - o 920, com aquela emenda aglutinativa, que é uma enganção para os trabalhadores e as trabalhadoras. Os deputados votaram a favor. Diziam o seguinte: “Há uma emenda progressiva que garante a proteção.” Não garante nada. Sabem por que não garante? Não garante, porque está sob a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vossa Excelência, deputado Orlando Bolçone, conhece isto: ultrapassou os 49% do estado, o governo tem que segurar. Ele não pode aplicar concessão nenhuma, nem de benefício, nem de reposição salarial, de nada!

Os senhores foram enganados com aquela emenda do Barros Munhoz. Os senhores foram enganados! O deputado Orlando Bolçone votou, mas votou sabendo disso, porque a emenda não serve para nada. A emenda só serviu para enganar servidores.

Ao longo dos meus quase 60 anos de idade, 30 deles passei discutindo e negociando, no estado de São Paulo, para representar, na época, 300 mil trabalhadores metalúrgicos filiados à CUT.

Tive vários tipos de negociação com o setor privado. Negociamos com o Serra, em 2005. Nós, a Ford e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, negociamos com o Serra. A Ford ia lançar um novo produto, que era o novo Ka, para fazer a liberação dos créditos de ICMS para que ela fizesse o investimento no produto no estado de São Paulo, para manter a fábrica no estado de São Paulo.

O Serra foi bem generoso, aceitou, liberou a negociação. Salvamos empregos naquela fábrica, salvamos a negociação. Negociação se faz. Coisa que governo nenhum pode fazer, quem for prefeito, governador de estado ou presidente da República. Não dá para ir para a imprensa e simplesmente anunciar uma desoneração para qualquer setor produtivo no Brasil.

Faz-se quando o setor está em crise, você verticaliza as negociações. Se indústria da construção civil, tem que chamar o Ramalho da Construção, tem que chamar os trabalhadores da construção civil, tem que chamar os empresários da construção civil e começar o processo de negociação.

Aí você pode negociar a desoneração. Estou apresentando um projeto nesta Casa que é para desonerar todos os insumos de construção nos apartamentos nos programas de moradia popular para família de baixa renda.

Aí vale! Tem que dizer onde você registra, qual é o período, quantas unidades vão ser construídas, quais são os produtos. Os construtores, junto com as trabalhadoras e os trabalhadores, definem qual é o melhor produto para ser desonerado, para ajudar a baixar o preço da moradia para família de baixa renda.

É assim que se discute desoneração! Não é só dizendo: “Desoneramos 13 bilhões e 750 milhões nas contas que estão sendo discutidas agora”. Desoneração é uma coisa que é importante fazer para fomentar o setor produtivo. Não dá para fazer desoneração, sabe para quem? Para banqueiro. Para banqueiro, não dá!

Não dá para tirar o direito dos trabalhadores se aposentarem por uma Previdência pública e botar na mão do setor privado, do setor financeiro, onde o Marcelo Caetano é dono de empresas de plano de previdência. É o secretário da Previdência Social do Ministério da Fazenda.

Aí não dá! É o que o PSDB gosta de fazer, junto com o PMDB e junto com aquela leva de partidos que falei - e que não vou perdoar nenhum: o PSDB, o PMDB, o Partido Progressista e o PTB.

O PTB... Quando cheguei aqui em 2015, o Campos Machado batia no peito: “O meu partido criou a CLT.” É verdade, e falei: “Esse deputado é dos bons porque vai defender a CLT.” O partido dele acabou de entregar a CLT em Brasília. Votaram todos a favor da reforma trabalhista.

Então destruí, e é isso o que vocês fazem. Vocês fazem é retirar dos pobres, dos trabalhadores, das trabalhadoras, e entregar para os mais ricos deste País, que são os empresários e o sistema financeiro.

Para encerrar, deputado Marco Vinholi, V. Exa. é uma pessoa formada na área de Economia, e economista. Estudie Economia, mas não sou economista. Temos três tipos de economistas no Brasil.

Temos os economistas do setor financeiro, que defendem a taxa Selic cada vez maior. Temos os economistas do setor produtivo, que defendem que a taxa de juros tem que ser baixa porque o investimento tem que ser na produção, porque é no setor produtivo que você gera emprego, e não no setor financeiro. E há o economista social, que defende um misto de produtivo com os serviços sociais, que é com o que eu mais simpatizo. Espero que V. Exa. seja um desses e quero parabenizá-lo porque, como relator do Orçamento, V. Exa. me procurou e procurou o deputado Enio Tatto para saber qual era o nosso pleito.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar, com a anuência do líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Com a anuência do líder do PSDB, V. Exa. tem a palavra para encaminhar.

Antes, porém, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da primeira sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: requerimento de urgência do Decreto Legislativo nº 14, de 2017.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Estou respeitando os colegas do Partido dos Trabalhadores, mas divergindo de quase a totalidade das informações, da visão deles sobre as contas do governador. Primeiramente quero falar do modelo das exonerações do estado de São Paulo. Não é feita em São Paulo nenhuma desoneração que não é aprovada pelo Confaz, e há sim discussão na base, há sim discussão com o setor, o que é fundamental e aqui em São Paulo se faz sim.

Em segundo lugar, e muito importante, quando dizem que a desoneração é feita com o setor da carne, com a JBS, é outro erro. Aqui em São Paulo - e isso está no relatório que foi enviado a V. Exas - vai somente 0,25% na agropecuária, somente isso, o que também não é um erro, porque a agropecuária é importantíssima no estado de São Paulo.

Além disso, a crise por que passou a indústria no Brasil, a crise por que passou o comércio, muito por conta das políticas implementadas pelo PT em Brasília, naquele modelo de desoneração... Eu achei curioso o deputado Teonílio Barba comemorando as exonerações do PT. Vejam a frase do presidente Lula: “Política de desoneração fiscal de Dilma foi equivocada”, disse ele a um jornal. Ora, assumindo o erro pelo jeito que foi, pela falta de transparência, pelo tamanho que foi no Orçamento.

Ora, aqui em São Paulo há, sim, as informações de quais são as cadeias de valor que estão sendo beneficiadas, e eu vou ler algumas delas. Peço que V. Exas., em seguida, por favor indiquem quais delas o Partido dos Trabalhadores vai querer que não exista mais no estado de São Paulo: deficientes, produtos para instituição pública ou entidade assistencial, veículo automotor, embarcação nacional, Embrapa, energia elétrica, entidades assistenciais, saneamento básico, insumos agropecuários, Metrô, órgãos públicos, refeição, Senai, Senac, transporte de passageiros, vítimas de calamidades, trens metropolitanos, Masp, medicamentos não registrados pela Anvisa, Fundação Zerbini...

Ora, temos uma lista grande ainda, mas acho que eu não preciso me alongar passando por ela. As empresas estão dentro dessas cadeias e, de acordo com o Art. 198 do Código Tributário Nacional, que defende o contribuinte, o Estado não pode, sem determinação judicial, apontar qual aquele beneficiário da isenção, que é qualquer pessoa que exerça aquela atividade no meio.

Indiquem aqui de quais cadeias vocês estão suspeitando, quais estão colocando em suspeição. Nós temos, no Tribunal de Contas, líder Barros Munhoz, um departamento que cuida somente das contas do governador. Temos lá a SDG, o Ministério Público de Contas, todos favoráveis às contas do governador, todos favoráveis.

Ora, se nós estamos aqui respeitando os funcionários de carreira do Tribunal de Contas que apontaram favoravelmente essas contas... Sim, houve apontamentos, que são corrigidos no ano seguinte e que estão sendo corrigidos agora no relatório para este ano. É assim que se faz todo ano, os apontamentos para o ano seguinte se acompanham com o relator que está com as contas daquele ano.

Ora, nós entendemos completamente que a desoneração deve, sim, ser feita com cautela, com diálogo, para que aquela indústria devolva à sociedade aquele bem que ela tem, com emprego e geração de renda, o que é fundamental. Ninguém aqui pode ser contra emprego e geração renda que é fundamental. E ninguém aqui pode ser contra emprego e geração de renda; não em sã consciência, mas evidente que com critério. E aqui no estado de São Paulo como eu vinha dizendo durante o aparte, tem sido feito com critério. Se você pegar o percentual que é feito perante o montante do PIB do Estado, perante o Orçamento do Estado eu percebo aqui que nós estamos discutindo, na verdade, a eleição de 2018; é isso que nós estamos discutindo. Quando vejo aqui por várias vezes batendo no Orlando Morando, na pré-campanha do Luiz Marinho, é isso que nós estamos acompanhando aqui. Estamos acompanhando aqui uma obstrução eleitoral já, porque pelas contas o governador Geraldo Alckmin não há motivo nenhum.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Marco Vinholi, no que pese a importância do seu encaminhamento, nós estamos esgotando o tempo desta sessão. Então, agradeço a Vossa Excelência.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero lembrar que hoje é o aniversário do deputado Itamar Borges - já entramos no dia 21 de dezembro - faz 49 anos de idade. Depois que acabar aqui é para todo mundo ir para a churrascaria, que ele vai pagar a janta para todos nós, com a família e com quem estiver aí. Muito bem deputado Itamar Borges.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Parabéns deputado Itamar Borges. Esgotado o tempo da presente sessão, lembrando todos os Srs. Deputados a segunda sessão extraordinária, que será realizada daqui a dez minutos, com o mesmo objeto. Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão à zero hora e 11 minutos.

20 DE DEZEMBRO DE 2017 69ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em votação requerimento de Urgência ao PDL 14/17.

2 - JOSÉ AMÉRICO

Encaminha a votação do PDL 14/17, em nome da Minoria.

3 - ENIO TATTO

Encaminha a votação do PDL 14/17, em nome da PT.

4 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, comenta a aprovação de contas do ex-prefeito da Capital, Fernando Haddad.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de Urgência ao PDL 14/17.

6 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Solicita verificação de votação.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

8 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, desculpa-se com a bancada do Partido dos Trabalhadores.

9 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, aceita, em nome do PT, as desculpas do deputado Barros Munhoz.

10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido do deputado Alencar Santana Braga pela. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

11 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.

12 - ITAMAR BORGES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.

13 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.

14 - EDSON GIRIBONI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.

15 - ROQUE BARBIERE

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PTB.

16 - ROBERTO MORAIS

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PPS.

17 - FELICIANO FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.

18 - RICARDO MADALENA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PR.

19 - CAIO FRANÇA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a deliberação simbólica. Convoca reunião extraordinária, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, para hoje, 5 minutos após o término da presente sessão. Convoca, para hoje, com intervalo de um minuto entre si, as seguintes reuniões: das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Administração Pública e Relações do Trabalho e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento; da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Educação e Cultura e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Educação e Cultura e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento; da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento; da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento; da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Educação e Cultura e Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento; da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; das Comissões Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento. Convocas reuniões extraordinárias, da Comissão Fiscalização e Controle, para hoje, às 10 horas, 11 horas, 12 horas e 14 horas.

21 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Para comunicação, discorre sobre a posição do Partido dos Trabalhadores a respeito das deliberações pautadas.

22 - ROBERTO MORAIS

Para comunicação, pede apoio a projeto de lei, em tramitação nesta Casa; que mantém no estado de São Paulo empresas que geram 15 mil empregos.

23 - JOÃO CARAMAZ

Para comunicação, opina a respeito da deliberação de projetos de autoria de deputados desta Casa.

24 - ENIO TATTO

Para comunicação, esclarece a posição do Partido dos Trabalhadores a respeito das deliberações pautadas.

25 - WELLINGTON MOURA

Para comunicação, pede esclarecimentos sobre a pauta das reuniões conjuntas e extraordinárias das Comissões.

26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento do nobre deputado Barros Munhoz, solicitando tramitação em Regime de Urgência para Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2017.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Sr. Presidente, indico o nobre deputado José Américo para encaminhar a votação pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança da Minoria, tem a palavra o nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia que, neste momento, ainda têm paciência e um pouco de energia para nos acompanhar, leitores do Diário Oficial, o debate que estamos fazendo aqui não é simplesmente referente às contas do governador do ano de 2016.

É sobre um jeito, uma forma de o governo prestar contas à Assembleia Legislativa daquilo que ele fez no ano anterior. Estamos buscando a superação dos relatórios burocráticos, das prestações de contas burocráticas que, na verdade, exorbitam o formato e a formalidade contábil para esconder os desmandos, os desvios, as pedaladas etc.

Podemos ver que existem muitas observações e recomendações para o ano que vem. O próprio Tribunal de Contas aprovou as contas fazendo uma série de recomendações, mas ele não tira consequência das críticas que faz.

Vou dar um exemplo para vocês sobre o Tribunal de Contas. Se eu não estou enganado, no ano de 2015, o Tribunal de Contas fez uma auditoria sobre a linha 5 do Metrô, a famosa linha 5 do Metrô, que hoje se encontra na delação, com vistas a uma leniência por parte da Odebrecht e da Camargo Corrêa.

O que o Tribunal de Contas fez? Ele chegou a fazer uma tabela na qual comparava os preços. Quem ler o relatório até o final vai verificar que o Tribunal de Contas chegou à conclusão do cartel. Ele entendeu que havia um cartel, mas não tirou consequência. Ele fez até as tabelas, será que ele estava querendo avisar o governador para tomar cuidado? Porque não tirou consequências.